

Ensino médio e desenvolvimento: um elo frágil*

Carlos Roberto Winckler**

Sociólogo da FEE, Professor da UCS

Salvatore Santagada***

Sociólogo da FEE

1 Introdução

O atual Ministro da Educação, Fernando Haddad, considera o ensino médio como o elo frágil da educação básica (Prado, 2007, p. 8). Baixa qualidade de ensino, desmotivação dos professores, precariedade material das escolas, crise de permanência, despreparo para o mercado de trabalho, não-identificação dos alunos com a escola têm sido traços recorrentes, apesar do aumento significativo de matrículas no decorrer da década de 90. Cientes dos problemas, há crescente preocupação por parte da sociedade civil e de diferentes instâncias governamentais em redefinir o sentido desse nível de ensino em um momento em que o País redefine seu modo de desenvolvimento.

Este texto tem como objetivo analisar o ensino médio no Brasil a partir da perspectiva das políticas federais contemporâneas, que trazem como uma inflexão importante a busca do ensino médio integrado. Nessa proposta, existem várias opções educacionais, dentre elas, o ensino médio integrado não profissional e o ensino médio integrado à educação profissional técnica.

Assim, em um primeiro momento, colocam-se o contexto sócio-histórico e os aspectos ideológicos que balizaram a política educacional a partir dos anos 90. Após, examinam-se indicadores educacionais recentes, que esclarecem os dilemas do ensino médio. E, por fim, comenta-se a estrutura institucional da educação brasileira, com ênfase no ensino médio, na sua reestruturação e no seu planejamento face aos desafios colocados, nos últimos anos, por um modelo de cres-

cimento econômico em transição para um modelo de viés desenvolvimentista que se sobrepõe à visão liberal anterior.

2 Cenário sócio-histórico

A concepção liberalizante posta em curso na década de 90 e vista como alternativa ao Estado desenvolvimentista, que parecia soçobrar, procurou colocar em prática uma agenda de desenvolvimento com forte influência de agências e organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que pressupunha movimentos de desregulamentação, descentralização e privatização. Foram estimuladas políticas de estabilização, liberalização do comércio, reforma tributária, reforma financeira, privatização, reforma trabalhista, previdenciária e educacional. A aplicação ortodoxa de liberalizações encontrou limites, sendo revisada no decorrer da década. Os defensores da concepção liberal acreditam que haveria complementaridade entre o Estado e o mercado: busca-se reduzir a pobreza com a participação da sociedade civil, reforçando-se a idéia de parceria entre o público e o privado, o desenvolvimento estaria ligado ao emponderamento das pessoas e das comunidades para o desenvolvimento social; difunde-se uma idéia de capital humano¹ que implica a valorização de informações, da vida das comunidades e das empresas para além das determinações meramente econômicas.

Em síntese, os liberais buscam uma repactuação social nos limites do processo de internacionalização em curso (vista como harmoniosa, tendo, no máximo, alguns descompassos, que poderiam ser compensados em seus efeitos nacionais através de políticas de parceria entre público e privado e de políticas compensatórias).

* Artigo recebido em 23 de jan. 2009.

** *E-mail:* winckler@fee.tche.br

*** *E-mail:* salvatore@fee.tche.br

Os autores agradecem ao colega Jorge Blascoviski Vieira as observações feitas à versão preliminar deste artigo. Erros e omissões por acaso remanescentes são de inteira responsabilidade dos autores.

¹ A teoria do capital humano é parte das teorias de desenvolvimento que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, que enfatizavam a problemática da passagem de uma sociedade tradicional para a moderna. Em outros termos, tratavam de como se atingiria o grau de desenvolvimento similar aos dos países capitalistas mais

No plano educacional, essas orientações aparecem na tentativa de se constituir uma nova cultura cívica, fundada em um individualismo aberto aos problemas contemporâneos, na compreensão da complexidade da vida social, onde se diluem processos de determinação (“holismo”), na visão difusa de intervenção educacional, onde o processo de planejamento recua, dando lugar a um processo de descentralização combinado com parcerias com o setor privado, que se tornam protagonistas no processo educacional. Assim, na década de 90, impôs-se uma visão fragmentada e fragmentadora da educação.

Apesar de todo o esforço ideológico de se criar um novo consenso, os ditames de políticas de estabilização ancoradas em restrições fiscais e monetárias cobraram o devido preço: declínio do crescimento econômico, desemprego, perda de capacidade de intervenção do Estado paralelamente a mudanças tecnológicas e informacionais. Os efeitos fizeram-se sentir, particularmente, nas políticas sociais. Na educação, os gastos têm sido, historicamente, em torno de 4% do PIB, quando somados todos os gastos em educação dos diferentes entes federados (Castro, 2007). Os resultados são contraditórios. Houve crescimento na oferta de matrículas do ensino médio, mas os concluintes, nos anos recentes, estão desqualificados frente às exigências do mercado de trabalho (queixa comum do empresariado e dos próprios alunos), devido, em grande parte, à permanência da separação entre ensino médio propedêutico e ensino técnico, ao aumento de pressões para acesso ao nível superior, particularmente no ensino público, dentre outras questões. As contradições acumuladas ao longo do tempo

avançados. A teoria do capital humano foi desenvolvida por Theodor Schultz, na década de 50, e procurava explicar, para além dos fatores tradicionais que alavancariam o desenvolvimento (tecnologia, capital, insumos de mão-de-obra), o peso da educação no desenvolvimento e na mobilidade individual. Para essa teoria, o acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação corresponderiam a um acréscimo marginal de capacidade de produção. Essa teoria influenciou, e ainda influencia de forma reciclada nos anos 80 e 90, organismos internacionais, como BID, BIRD, FMI, e regionais, como a CEPAL. A partir de meados dos anos 70, face à crise e à reciclagem neoconservadora liberal do capitalismo, a teoria do capital humano passou por um processo de revitalização, articulando-se às categorias de flexibilidade, competência, participação e qualidade, ressurgindo, no plano educacional, nos temas polivalência, pedagogia de qualidade e multiabilitação. A influência dessa teoria, no Brasil, vem-se dando desde a ditadura militar e de forma reciclada nos anos 80 e 90, tanto por ocasião do processo constituinte, dos debates sobre a LDB, como no Plano Nacional de Educação, na definição das bases curriculares e no Plano Nacional de Educação, em 2001 (Frigotto, 1995; Neves, 2005).

obrigaram o Governo do período a encaminhar soluções, que, mesmo parciais, mostravam a necessidade de se constituírem políticas um pouco mais estruturadas. Assim, podem ser compreendidas as políticas de avaliação do ensino e a reordenação de distribuição de recursos através de um fundo, ainda que limitado apenas ao ensino fundamental, como foi o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A transição recente, ainda em curso no País, no sentido de um modelo de desenvolvimento que incentiva simultaneamente as exportações e o mercado interno com políticas públicas distributivas provocou a retomada do Estado como ente planejador. Esse processo — que encontra historicamente ecos no período desenvolvimentista brasileiro — passou a exigir também um processo orgânico de formação de quadros médios mais qualificados, o que obrigou o Governo a não somente atender às demandas educacionais reprimidas, mas também a concertar as ações de políticas educacionais nos diferentes níveis de ensino e esferas de poder.

3 Ensino médio: expansão e precariedade

Nos debates e oficinas realizados por ocasião do Seminário Internacional de Ensino Médio, ocorrido em setembro de 2008, em Buenos Aires, promovido pelo Fundo das Nações Unidas Para a Infância (Unicef), com pesquisadores do Chile, do Brasil e da Argentina, ficaram mais uma vez patentes a crise da escola secundária e o desconforto e o mal-estar da juventude face a uma escola que padece de uma grave crise de identidade em um mundo em transformação. Essa crise agravou-se na América Latina, com as chamadas reformas estruturais liberais, nos anos 80 e 90, que acentuaram o problema da qualidade de ensino e a incerteza quanto ao futuro, devido ao desemprego aberto, em torno de 16% entre os jovens (Abramo, 2008).

O descompasso entre escola e juventude e as incertezas quanto ao futuro provocaram a retomada do movimento estudantil no Chile, na Argentina e no Brasil, que realiza protestos de rua, ocupa prédios públicos e, no Brasil, coordena suas ações com outros movimentos sociais em defesa do ensino público de qualidade, com bem demonstrou, por exemplo, a Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública realizada em 2007 (Toledo, 2007, p. 3; Prado, 2008, p. 12-15).

Conforme Daniel Cara (Ensino..., 2008), coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação:

Brasil, Chile e Argentina têm diferentes desafios em relação ao Ensino Médio. No caso do Chile, a questão que mais preocupa os estudantes é a qualidade da educação e o fato do sistema ser, em sua maioria, privado. A principal reivindicação dos chilenos é o direito a uma educação de qualidade que inclui a sua participação na definição de conteúdos, currículos, numa educação multicultural e na gestão. No Chile, cada estudante recebe do Governo vale e, com ele, busca matrícula nas escolas que em sua grande maioria são privadas. Na Argentina, há um sistema público com um acesso assegurado para a maioria dos adolescentes, mas ainda há muito desequilíbrio na qualidade da infra-estrutura das escolas e na qualidade do ensino. Os adolescentes argentinos também querem mais liberdade de organização e participação. No Brasil, nosso grande desafio é a inclusão dos adolescentes no ensino médio e a melhoria da qualidade do ensino fundamental que com altos índices de evasão e repetência impedem os adolescentes de chegarem ao médio.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), **Trabalho Decente e Juventude na América Latina**, vivem, na América Latina, 106 milhões de jovens entre 14 e 24 anos; destes, 48 milhões são inativos, 48 milhões trabalham, 10 milhões são desempregados, 49 milhões estudam e 22 milhões não estudam e nem trabalham. A situação juvenil é altamente heterogênea, além de esses jovens vivenciarem “subculturas” distantes da realidade escolar. Na situação de trabalho, pesam a informalidade e os baixos salários (Abramo, 2008).

A análise comparativa da realidade do ensino médio no Brasil e no RS, na presente década, a partir de dados do **Censo Escolar** e do Sistema de Estatísticas Educacionais — Edudatabrasil, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do MEC —, e a medição da qualidade através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do MEC mostrarão a trajetória desse nível de ensino.

Em 2006, dos 34,7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, no Brasil, 14,5 milhões (41,8%) só trabalhavam, 3,7 milhões (10,8%) trabalhavam e estudavam, 12,5 milhões (36,1%) só estudavam e 3,9 milhões (11,3%) não trabalhavam e nem estavam estudando. Dessa forma,

os ocupados² somavam 18,2 milhões de pessoas (Tabela 1).

A população jovem, em 2006, de 15 a 17 anos somava 10.425 mil pessoas. A taxa de analfabetismo nessa faixa atingia 1,6%; freqüentavam a escola 82,1% (34,0% no ensino fundamental, 47,7% no ensino médio e 0,4% no ensino superior); e não a freqüentavam 17,9%. Os jovens de 18 a 24 anos totalizavam 24.285 mil; a taxa de analfabetismo nessa faixa era de 2,8%; freqüentavam a escola 31,7% (4,5% no ensino fundamental, 10,2% no ensino médio e 17,0% no ensino superior); e não a freqüentavam 68,3% (PNAD, 2007).

Os analistas do IPEA (B. Pol. Soc., 2006, n. 12, p. 76) analisaram a evolução das matrículas do ensino médio a partir da década de 90, afirmando que esse nível de ensino mais que dobrou sua oferta de vagas, passando de 3.772.698 (1991) para 8.192.199 (2000). As razões apontadas para essa expansão são, em parte, atribuídas à correção do fluxo dos alunos do ensino fundamental, à elevação das suas taxas de promoção e a uma queda na evasão escolar.

Entre 2001 e 2007, a expansão do ensino médio regular no Brasil sofreu um arrefecimento no seu ritmo, pois, no período, as matrículas tiveram um leve decréscimo, da ordem de menos 0,3%, passando de 8.398.008 vagas para 8.369.369 (Tabela 2). No RS, em igual período, essas matrículas tiveram um desempenho negativo de 5,9%; em números absolutos, houve uma perda de 27.561 matrículas, pois estas passaram de um total de 468.171 para 440.610. A rede que mais ofertava o ensino médio em 2007 era a pública, com participação de 89,3% no Brasil e no RS, em especial a rede estadual (Tabela 2).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) modalidade ensino médio recebe o jovem a partir de 18 anos. Essa modalidade é uma porta de entrada dos estudantes que se encontram defasados em relação à idade ideal do ensino médio e/ou abandonaram os estudos por motivo de trabalho, por mudança de domicílio e mesmo por desinteresse. No Brasil, houve um acréscimo da ordem de 29,5%, pois as matrículas passaram de 987.376 para 1.278.690, o que mostra o interesse do jovem em retornar à escola e completar a última etapa da educação básica. No RS, ocorreu uma queda de 7,8% nessa modalidade, pois as 66.969 vagas (2001) passaram para 61.746 (2007).

² Na PNAD de 2006, são considerados ocupados os indivíduos que, no período de referência especificado (semana de referência), tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se ainda como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc. (PNAD, 2007, p. 28).

No Brasil, a EJA foi ofertada na sua quase-totalidade, em 2007, pela área pública, com 93,8%, enquanto, no RS, era de 75,4% (Tabela 2).

No tocante à educação profissional de nível médio no Brasil, que recentemente recebeu incentivo e atenção especial por parte do Governo Federal, o que não vinha tendo nas últimas décadas, apresentou uma variação percentual de 50,0% no número de matrículas, passando, no período em análise, de 462.258 vagas para 693.610.³ Esse movimento também ocorreu no Estado, com um crescimento de 43,6% nas matrículas dessa modalidade, que passaram de 53.921 para 77.443. A rede privada oferecia, no Brasil, nessa modalidade, 53,6% das vagas, enquanto, no RS, ela atingia 47,4% das vagas (Tabela 2).

Quanto à taxa de escolarização líquida em estabelecimentos de ensino médio — que diz respeito à frequência de alunos na faixa de idade apropriada (no caso, alunos de 15 a 17 anos), no nível de ensino adequado a essa mesma faixa etária —, ela era, no Brasil, em 2007, de 48,0% e, no RS, de 51,6% (IBGE, 2008).

A taxa de distorção idade/série no nível médio corresponde ao total de matrículas de alunos com idade superior à idade recomendada sobre o total das matrículas nesse nível. No Brasil, considera-se a idade de 15 anos como a ideal para o ingresso no ensino médio, cuja duração, normalmente, é de três anos. Em 2001, essa taxa era bastante elevada, tanto para o Brasil (53,3%) quanto para o RS (39,7%). Em 2006, ocorreu um significativo recuo, passando, respectivamente, para 44,9% e 34,6%. Em 2006, essas taxas eram maiores na esfera pública que na rede privada brasileira (11,0%), pois esta última representava menos de um quarto daquela da rede pública. No RS, no setor privado, essa taxa era menor ainda que a da área pública, da ordem de 5,8% (Tabela 3).

Essas taxas de distorção estão intimamente relacionadas com as elevadas taxas de repetência no ensino médio. Em 2001, no Brasil, a taxa de repetência (alunos que, no ano seguinte, se matricularam na mesma série do ano anterior) era de 20,2%, e, no RS, era de 24,3%. Em 2005, elas aumentaram para, respectivamente, 22,6% e 28% (Inep, 2008a).

Entre 2001 e 2005, o número de concluintes no ensino médio, no Brasil, passou de 1.855.419 para 1.858.615. No RS, em igual período, os concluintes passaram de 91.855 para 83.806. No País, ocorreu uma estabilização no número de concluintes, enquanto, no RS, houve um recuo (Inep, 2008a).

Em 2006, a escola noturna de ensino médio público era uma realidade para 52,2% dos estudantes no Brasil e para 46,5% dos estudantes no RS. O tempo médio esperado para a conclusão desse nível de ensino era de 3,8 anos no Brasil e de 4,1 anos no RS (Inep, 2008a).

A partir desses indicadores educacionais, é possível a abordagem de algumas questões relacionadas à qualidade da educação. O Governo Federal, em março de 2007, apresentou à sociedade brasileira o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (PDE..., 2007), que tem, dentre outras metas, a melhoria de qualidade da educação, em especial nos ensinos fundamental e médio. Um dos instrumentos para alcançar essa proposta foi a criação, no mesmo ano, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que combina indicadores de desempenho — Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil — e de fluxo (aprovação). O SAEB avalia, por meio de amostragem, alunos da quarta e da oitava séries do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio, em Matemática e Português, de escolas públicas e privadas, urbanas e rurais. A Prova Brasil é um exame nacional de Português e Matemática aplicado à quarta e à oitava séries de escolas públicas do País. Ela tem caráter quase universal, pois todos os alunos das séries consideradas devem realizá-lo, atingindo escolas públicas urbanas. Antes, havia dois sistemas de avaliação: um federal por amostragem, que não avaliava redes nem escolas, e os sistemas estaduais.

O IDEB, por outro lado, resulta da composição de fatores que se relacionam com a qualidade de ensino: taxa de aprovação e médias de desempenho nas avaliações nacionais (SAEB e Prova Brasil). A combinação entre o fluxo (taxa de aprovação) e a aprendizagem resulta em uma média para cada estado, município, escola e para o País numa escala de zero a 10.

O MEC usa o IDEB para avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Compromisso Todos pela Educação⁴ (Brasil, 2007b; PDE..., 2008). Com a finalidade

³ Dados preliminares do **Censo Escolar da Educação 2008**, divulgados em 15.01.09, apontam um acréscimo de vagas, nessa modalidade, da ordem de 14,7 pontos percentuais. Esse acréscimo toma por base as matrículas do ensino médio profissional (concomitante e subsequente) na ordem de 693.610 para o Brasil em 2007, somado as 86.009 matrículas do ensino profissional integrado (para alunos que fazem o ensino médio na mesma escola e com uma única matrícula para os dois cursos).

⁴ O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é um programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação que segue compromissos internacionais assumidos pelo Brasil desde a década de 90. Após a realização da Prova Brasil 2006, foram feitos estudos, com o apoio de organismos internacionais, em escolas e redes onde os alunos tiveram desempenho acima da média. Esses estudos orientaram as 28 diretrizes do Plano de

de estabelecer parâmetros de comparação, aplicou-se o IDEB aos países da OCDE, cuja média foi 6,0. O objetivo até 2021 é chegar às médias atuais dos países desenvolvidos — 6,0 na quarta série, 5,5 na oitava e 5,2 no ensino médio. Essas médias passaram a ser consideradas as metas a serem atingidas pelo Brasil até 2021. A adoção desses critérios deve ser compreendida na lógica de que se busca não só medir a qualidade do sistema, mas também ser um elemento relevante no planejamento de distribuição de recursos juntamente com o Fundeb. Esse fundo está alicerçado em dois instrumentos legais: a Emenda Constitucional nº 53 (Brasil, 2006a) e a Lei nº 11.494 (Brasil, 2007c). Os municípios que estiverem muito abaixo das metas estipuladas contarão com apoio técnico e financeiro da União. A adesão a esse critério de avaliação deu-se de forma gradativa, mas, a partir de 2008, todos os municípios brasileiros aderiram a esse processo.

A análise que segue se restringirá aos resultados do IDEB no que diz respeito ao ensino médio.

O IDEB total (privado e público) calculado para o Brasil em 2005 alcançou o índice de 3,4, passando, em 2007, para 3,5. Com esse resultado, superou modestamente a meta estabelecida, que era de 3,4. A rede pública (estadual) ficou ligeiramente acima da meta projetada para 2007, enquanto a rede privada atingiu a meta projetada de 5,6. A pontuação nos conteúdos (em Matemática, o limite superior de proficiência era de 467 pontos, enquanto, para a Língua Portuguesa, era de 451 pontos) atingida na rede privada ficou bem acima da rede pública, bem como a taxa de aprovação. No plano estrito das redes estaduais, o índice alcançado foi, em 2005, de 3,0. Em 2007, alcançou 3,2, levemente superior à meta projetada de 3,1 (Tabela 4).

O IDEB total para o Rio Grande do Sul foi de 3,7 em 2005, fato que se repetiu em 2007, um pouco abaixo da meta desejada de 3,8. Considerando-se a rede estadual, o índice foi de 3,4 em 2005, repetindo-se em 2007, abaixo da meta projetada de 3,5 (Tabela 4).

Também o setor privado não alcançou a meta estipulada de 5,8, pois ficou ligeiramente abaixo, com 5,7. Como já foi observado no plano nacional, repetiu-se no RS a superioridade da rede privada quanto à pontuação dos conteúdos e à taxa de aprovação. O IDEB total almejado no ensino médio, no RS, até 2021, é de 6,4. O desejado na rede pública estadual é de 6,3 e na rede privada é de 7,5 (Tabela 4). Os resultados do desempenho

do ensino médio no RS mostram retrocesso no *ranking* nacional, em relação ao ano de 2005. Nesse ano, estava na terceira posição, tendo recuado, em 2007, para a sétima.

A partir dos indicadores acima comentados, é possível afirmar-se o seguinte: o ensino fundamental está quase universalizado, o que se deve, em parte, ao fato de ser constitucionalmente obrigatório, além de ter sido beneficiado pelo Fundef, que estabeleceu critérios de financiamento; o ensino médio expandiu-se em função da aceleração do fluxo, obrigando o sistema a ampliar as suas vagas, e boa parte dos jovens passaram a buscar o ensino médio noturno. Esse é o nível que mais cresceu, o que se refletirá em uma crescente pressão na educação superior, nos próximos anos, a qual atende a cerca de 13% da população de 18 a 24 anos, além de ser majoritariamente privada (Simões, 2008).

São aspectos comuns ao ensino básico e particularmente ao ensino médio regular, onde se concentra a maior parte das matrículas: a precária qualidade, a falta de professores, principalmente nas ciências exatas e biológicas⁵, a desmotivação profissional, a repetência, a extensão dos anos de permanência na escola, a distorção idade/série e a baixa taxa de escolarização líquida. A essas mazelas, soma-se o alto desemprego estrutural entre a juventude. Uma questão séria do período foi a desarticulação por decreto da oferta de ensino médio e do ensino profissional e a limitação dos investimentos federais na área.

Metas, que supõe um regime de colaboração entre municípios, Distrito Federal e estados, além da participação das famílias e da comunidade (PDE..., 2008).

⁵ O MEC avalia que faltariam aproximadamente 246.000 professores nessas áreas, para atender às necessidades do ensino fundamental (quinta a oitava séries) e do ensino médio (Rehder, 2007).

Tabela 1
Condição de atividade e estudo na faixa etária de 15 a 24 anos, no Brasil — 2006

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E ESTUDO	PESSOAS DE 15 A 24 ANOS (1 000 pessoas)	PARTICIPAÇÃO %
Só trabalha	14 501	41,8
Trabalha e estuda	3 743	10,8
Só estuda	12 527	36,1
Não trabalha nem estuda	3 939	11,3
TOTAL	34 710	100,0

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD): Brasil — 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 2007. FEE/CIE/NIS.

Tabela 2
Matrícula total e proporção de matrículas nas redes pública e privada, no ensino médio, na educação de jovens e adultos e na educação profissional, no Brasil e no RS — 2001 e 2007

MODALIDADE DE ENSINO	2001							
	Número de Matrículas						Proporção (%)	
	Total (A)	Federal (B)	Estadual (C)	Municipal (D)	Pública (E)	Privada (F)	Pública (G)	Privada (H)
Ensino médio								
Brasil	8 398 008	88 537	6 962 330	232 661	7 283 528	1 114 480	86,7	13,3
RS	468 171	6 290	389 759	6 313	402 362	65 809	85,9	14,1
Educação de Jovens e Adultos (EJA) (1)								
Brasil	987 376	566	734 864	29 248	764 678	222 698	77,4	22,6
RS	66 969	71	31 757	1 490	33 318	33 651	49,8	50,2
Educação profissional em nível técnico (2)								
Brasil	462 258	56 579	159 745	15 412	231 736	230 522	50,1	49,9
RS	53 921	6 271	17 762	652	24 685	29 236	45,8	54,2

MODALIDADE DE ENSINO	2007								Variação % (I/A)
	Número de Matrículas						Proporção (%)		
	Total (I)	Federal (J)	Estadual (L)	Municipal (M)	Pública (N)	Privada (O)	Pública (P)	Privada (Q)	
Ensino médio									
Brasil	8 369 369	68 999	7 239 523	163 779	7 472 301	897 068	89,3	10,7	-0,3
RS	440 610	5 012	381 454	6 951	393 417	47 193	89,3	10,7	-5,9
Educação de Jovens e Adultos (EJA) (1)									
Brasil	1 278 690	889	1 158 174	40 245	1 199 308	79 382	93,8	6,2	29,5
RS	61 746	191	46 031	332	46 554	15 192	75,4	24,6	-7,8
Educação profissional em nível técnico (2)									
Brasil	693 610	82 573	215 252	23 819	321 644	371 966	46,4	53,6	50,0
RS	77 443	7 402	31 634	1 736	40 772	36 671	52,6	47,4	43,6

FONTE: BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2001/2007**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

(1) Modalidade ensino médio. (2) O ensino médio profissional nas formas: concomitante (para os alunos que fazem o médio com matrículas distintas para os dois cursos) e subsequente (para os que já possuem o diploma do médio).

Tabela 3

Taxa de distorção idade/série nas redes pública e privada, no ensino médio,
no Brasil e no RS — 2001 e 2006

DISCRIMINAÇÃO	2001			2006		
	Total	Rede Pública	Rede Privada	Total	Rede Pública	Rede Privada
Brasil	53,3	58,6	18,9	44,9	49,5	11,0
RS	39,7	44,3	11,2	34,6	38,5	5,8

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. **Sistema de estatísticas educacionais:** Edudatabrasil. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

Tabela 4

Taxa de aprovação, notas na Prova Brasil e na Prova Brasil/SAEB, nos conteúdos de Matemática e Português,
IDEB e projeções no ensino médio regular, no Brasil e no RS — 2005 e 2007

LOCAL	REDE	TAXA DE APROVAÇÃO EM 2005		TAXA DE APROVAÇÃO EM 2007		NOTA SAEB EM 2005		
		Total	Indicador de Rendimento (P)	Total	Indicador de Rendimento (P)	Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)
Brasil	Total	73,2	0,77	74,1	0,78	271,29	257,60	4,36
Brasil	Pública	70,6	0,75	71,8	0,76	260,81	249,27	4,08
Brasil	Privada	92,7	0,93	93,8	0,94	333,31	306,88	5,96
Brasil	Municipal	75,4	0,79	75,0	0,79	249,07	235,58	3,71
Brasil	Estadual	70,5	0,75	71,6	0,76	260,03	248,69	4,06
RS	Total	65,9	0,72	68,0	0,73	306,12	282,47	5,22
RS	Estadual	62,1	0,68	64,7	0,70	300,07	276,95	5,05
RS	Privada	92,3	0,94	92,9	0,94	338,21	312,22	6,11

NOTA PROVA BRASIL/SAEB EM 2007							
LOCAL	REDE				IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	PROJEÇÕES PARA 2007
		Matemática	Língua Portuguesa	Nota Média Padronizada (N)			
Brasil	Total	272,89	261,39	4,44	3,4	3,5	3,4
Brasil	Pública	263,66	254,07	4,20	3,1	3,2	3,1
Brasil	Privada	329,55	306,32	5,90	5,6	5,6	5,6
Brasil	Municipal	258,49	249,39	4,05	2,9	3,2	3,0
Brasil	Estadual	262,88	253,49	4,18	3,0	3,2	3,1
RS	Total	296,83	281,49	5,07	3,7	3,7	3,8
RS	Estadual	287,02	274,74	4,83	3,4	3,4	3,5
RS	Privada	338,23	310,91	6,09	5,7	5,7	5,8

FONTE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb). Brasília: INEP, 2008. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

4 A legislação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação: rearticulação do ensino médio?

No presente item, analisar-se-á brevemente a legislação brasileira referente ao ensino médio e ao Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE..., 2007).

A Constituição Federal (Brasil, 1988), no art. 205, define a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a qual será promovida com a colaboração da sociedade, visando ao desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para a cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A educação no nível médio (art. 207) será efetivada mediante a garantia de progressiva extensão da obrigatoriedade e da gratuidade. O art. 214 propõe um plano nacional de educação para o desenvolvimento do ensino, para atingir, dentre outras metas, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A educação escolar brasileira está dividida em dois níveis: a educação básica e a educação superior. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, a educação básica apresenta o seguinte perfil: educação infantil de zero a seis anos, o ensino fundamental⁶ de oito séries, compreendendo o grupo em idade apropriada de sete a 14 anos, e o ensino médio com três séries, com idade apropriada na faixa de 15 a 17 anos.

O acesso ao ensino médio, no País, é gratuito nas escolas públicas, independe de exame de admissão e é permitido ao aluno que tenha completado com aproveitamento as oito séries do ensino fundamental. O ensino médio ainda não é obrigatório como o fundamental, entretanto a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a LDB dispõem sobre a progressiva extensão de suas obrigatoriedade e gratuidade.

O estudante, além do ensino médio regular, a partir dos 18 anos pode cursar o nível médio, através da modalidade Educação de Jovens e Adultos, que é uma maneira de realizar a formação em menor tempo, e, assim, dar continuidade aos seus estudos na etapa final da educação básica, o que, na maioria das vezes, é a etapa final de sua formação.

Outra modalidade de formação média é a educação profissional, que, até anos recentes, correspondia a uma ação complementar à educação básica. Ela funcionou desde 1997, de acordo com o disposto no Decreto nº 2.208, separada do nível médio regular propedêutico, que pretendia regulamentar o art. 36 da LDB. Na LDB, por sua vez, existe uma duplicidade de propósitos no nível do ensino médio, pois o ensino pode ser encaminhado nas escolas tanto como propedêutico quanto como profissional. Todavia esse mesmo artigo possui uma ambigüidade, ao afirmar que “[...] o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”. Existe, portanto, a possibilidade de integração no ensino médio. Porém essa possibilidade de integração foi fraudada pelo Decreto nº 2.208/97, pois o seu art. 5º determinava que “[...] a Educação Profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio”, o que foi contestado por forças progressistas da área de educação, pois simplesmente reproduziria uma visão conservadora de segmentação do processo educacional. A partir de 2004, o Decreto nº 5.154/2004 revogou o anterior. Assim, retornou-se à possibilidade de cursar de forma integrada o ensino médio e o técnico, como proposto no art. 36 da LDB, apesar de ressalvas de que há permanência de programas focais e contingentes, como, por exemplo, a Escola de Fábrica e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Em que pese a expansão das matrículas (ensino médio regular, EJA e educação profissional técnica de nível médio) na década de 90 tornaram-se evidentes os limites dessa estratégia restrita ao atendimento da oferta de vagas, entrando em pauta o problema da qualidade, apesar das reformas efetivadas, da elaboração de novas diretrizes curriculares⁷ e do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio, cujo impacto não teve reflexos na melhoria da qualidade da educação média. A qualidade e a universalização do acesso e/ou do aumento de vagas em determinado nível da educação básica surgem como aspectos inseparáveis no processo educacional. Nesse sentido, foi criado, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁸, um instrumento de

⁶ Mudanças recentes — Lei nº 11.274, de 6.02.06 — aumentam a duração do nível fundamental em mais um ano. O ensino fundamental de nove anos será implantado até 2010.

⁷ Os conhecimentos disciplinares passam a ser articulados em função do desenvolvimento de competências gerais e específicas. Podem ser reunidos de forma diversa, relacionados ao contexto real imediato ou ao contexto sócio-histórico mais geral. É dada, em tese, ampla autonomia à comunidade escolar na definição desses conteúdos (Menezes, 2001, p. 206).

⁸ O Exame Nacional do Ensino Médio popularizou-se definitivamente em 2004, quando foi instituído o Programa Universidade para

avaliação do ensino médio aplicado de dois em dois anos aos alunos do terceiro ano.

A partir de 2001, com o propósito de atender ao art. 214 da Constituição Federal, foi sancionado o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2001), que tem como propósitos gerais elevar o nível de escolaridade da população, melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis, reduzir as desigualdades sociais e regionais e democratizar a gestão da educação pública. O Plano Nacional de Educação (PNE), cujas metas vão até o ano de 2011, estabeleceu como prioridade universalizar o ensino fundamental, inclusive para os alunos fora da idade compatível, além de garantir a sua permanência. A valorização dos professores também se tornou uma das prioridades. Dentre outras medidas, enfatiza-se o problema da sua formação, dada a presença ainda expressiva de professores leigos. Como importante subsídio ao monitoramento das políticas públicas, definiu-se a necessidade de se desenvolver um sistema de informação e avaliação, em escala nacional, no sistema de ensino básico e no superior. A erradicação do analfabetismo segue como prioridade, assim como a expansão dos ensinos médio e superior. No caso do ensino superior, a meta era a de atingir ao menos 30% da população de 18 a 24 anos. Quanto ao ensino médio, o PNE propõe o oferecimento de vagas que, no prazo de cinco anos, correspondam a 50% e, em 10 anos, a 100% da demanda de ensino médio, em decorrência da universalização e da regularização do fluxo de alunos no ensino fundamental. Apesar do expressivo crescimento do ensino médio nos anos 90, sua taxa de escolarização líquida ainda era baixa, pois atingia 32,7% (1999) da população na faixa etária entre 15 e 17 anos (B. Pol. Soc., 2007, n. 13). Igualmente, foram considerados no Plano a necessidade de melhorar a infra-estrutura nos diferentes níveis de ensino e o acesso ao ensino profissional, dentre outras medidas.

Como legado dos anos 90, em particular dos meados desses anos até o início desta década — que correspondem aos dois governos de Fernando Henrique Cardoso —, pode-se apontar, conforme Cortella (Prado, 2006, p. 8), a instalação de novos mecanismos de avaliação e a criação do Funde⁹ (Brasil, 1996c). Todavia

Todos (ProUni), que concede bolsas para alunos oriundos do sistema público em instituições de ensino superior privadas, vinculadas à nota obtida no Exame. Em 2006, o ENEM teve 2,8 milhões de participantes.

⁹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério foi criado em 1996 e propunha-se à racionalização e à distribuição de recursos, destinando a esse nível de ensino 60% dos recursos da

persistiram ou foram criados novos problemas: o peso excessivo do sistema privado de ensino superior, com a autorização desenfreada de criação de novos cursos a partir de meados da década de 90, o descuido com a educação de jovens e adultos, além da municipalização precoce do ensino fundamental, facilitada com a criação do Fundef.

O arcabouço legal construído desde a Constituição Federal de 1988, a partir do Governo Lula, vem passando por reformulações e aperfeiçoamentos. No processo de avaliação, busca-se mitigar o dualismo no ensino médio; amplia-se o fundo de manutenção da educação; são criadas oportunidades de acesso à Universidade com o Programa Universidade para Todos e o sistema de cotas; ao final de 2006, criou-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que aperfeiçoa o fundo anterior, incluindo a educação infantil e o ensino médio, a educação de jovens e adultos, as modalidades de ensino especial, além do ensino para indígenas e quilombolas. O processo de aperfeiçoamento culminou com a aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado em 2007, que se propõe a criar uma nova arquitetura educacional, com foco na qualidade da aprendizagem.

O Plano de Desenvolvimento da Educação está relacionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que visa promover o crescimento econômico com distribuição de renda e redução de desigualdades regionais. Nesse sentido, uma educação de qualidade é essencial ao desenvolvimento de mão-de-obra qualificada face aos desafios tecnológicos e organizacionais recentes. Em que termos há continuidade ou ruptura com a concepção liberal de dualismo no ensino médio (em que pese a preocupação em se aliar o ensino técnico e a formação geral segundo a teoria do capital humano reciclada), esse é um processo político-pedagógico não inteiramente decidido até o momento.¹⁰

educação. Seu impacto foi significativo nas regiões menos desenvolvidas do País, além de facilitar a universalização. Seu limite foi a concentração de recursos apenas no ensino fundamental, descurando a educação infantil, negligenciando a educação de jovens e adultos e provocando um processo de municipalização sem uma distribuição mais equitativa de recursos (Winckler; Santagada, 2007, p. 40).

¹⁰ Nos planos teórico e prático, a disputa ocorre entre os defensores da teoria do capital humano reciclada e correntes pragmatistas, com base em John Dewey, combinados à concepção de escola unitária politécnica inspirada em Antonio Gramsci. No recorte do pragmatismo, têm-se ressonâncias do debate da Escola Nova dos anos 20, articulado ao *aggiornamento* de intelectuais sociais-democratas radicais.

O PDE é um conjunto articulado de 30 ações ordenadas em uma concepção sistêmica, com quatro eixos: educação básica, educação superior, educação profissional, alfabetização e educação continuada. Trata-se de um plano executivo, que define estratégias, ações e recursos e supõe um sistema de parcerias entre as entidades federadas, compartilhando competências políticas, técnicas e financeiras.

Nesse sentido, o planejamento e a gestão do PDE propõe o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com 28 diretrizes, baseadas em estudos de boas práticas de redes e escolas, e define um termo de adesão para o cumprimento de metas estabelecidas a partir do IDEB. O Plano de Metas supõe um conjunto de ações articuladas (PAR), de caráter plurianual, construído com a participação de gestores e educadores locais, considerando diagnósticos de caráter participativo. Num primeiro momento, foram priorizados, em 2007, mais de 1.000 municípios que obtiveram nota inferior a 2,7 no IDEB, os quais foram contemplados com recursos financeiros e materiais do MEC. Dessa forma, almeja-se romper, em um novo regime de colaboração, com convênios fragmentados, focalizados, em uma concepção de planejamento participativo.

O PDE tem como finalidade geral, no âmbito do ensino médio, estabelecer uma rede de escolas públicas sob coordenação do MEC, em regime de colaboração com estados e municípios, expandir matrículas, criar um padrão de qualidade (para tanto, foi criado um índice de avaliação do ensino médio, o IDEB), promover a reestruturação do modelo pedagógico e do currículo, criar escolas de jovens e adultos voltados ao ensino médio regular, com currículo específico, e EJA para jovens maiores de 18 anos e adultos.

A educação básica pública de qualidade (ensino fundamental e médio) é o objetivo principal do Plano, cujas ações estão voltadas à melhoria do desempenho e do rendimento escolar, o que, por sua vez, supõe o apoio técnico e financeiro com vistas à valorização, à qualificação de professores, além de ações voltadas ao aluno e à escola¹¹.

Assim, os sistemas de avaliação foram aprimorados. Por exemplo, o IDEB combina indicadores de desempenho — Sistema de Avaliação da Educação Básica e a Prova Brasil — e de fluxo (aprovação). A União passa a complementar os recursos do Fundeb e, a partir

de 2010, participará com 10% do total dos recursos da educação básica presencial. Recentemente, foi aprovado o piso nacional para professores do ensino básico no valor de R\$ 950,00.

Os ensinos médio e infantil foram incluídos nos programas nacionais Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Biblioteca Escolar e Apoio ao Transporte Escolar.

Com vistas à formação de professores e à superação da carência deles nas áreas de Física, Química, Matemática e Biologia, tem-se o Programa Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid).

Segundo Carlos Simões (2008b), o ensino deverá ser organizado, ao longo do tempo, de forma integrada e polimodal, conforme Quadro 1.

Quanto à formação de quadros técnicos médios, esta vem sendo promovida desde 2006, com o Plano de Expansão da Educação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Brasil, 2008d). Pretende-se, até 2010, duplicar a capacidade de atendimento das redes públicas. Estão programadas a criação de 210 novas unidades na rede federal e o reforço das redes municipais e estaduais, além da incorporação de escolas agrícolas vinculadas ao Ministério da Agricultura. Por outro lado, os atuais Centros Federais Tecnológicos estão sendo transformados em instituições federais de educação tecnológica (IFETs), organizadas de forma vertical desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação. Segundo Pacheco (2008, p. 19), serão 38 institutos, com 301 *campi* com abrangência nacional, atuando no ensino médio integrado ao técnico (50% das vagas), licenciaturas (20%) e cursos superiores de tecnologia ou bacharelados tecnológicos (30%), podendo dispor de especializações, mestrados e doutorados profissionais. As novas escolas da rede federal terão um modelo de gestão participativa levando em consideração os problemas regionais e deverão integrar os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Esses institutos deverão estar compromissados com as demandas locais e regionais onde estão localizados¹².

¹¹ O grupo de trabalho interministerial Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil foi constituído em 5 de dezembro de 2007 e propõe a obrigatoriedade do ensino de quatro a 17 anos (Brasil, 2008c).

¹² A concentração dos recursos voltados ao ensino profissional no Ministério da Educação e a criação dos institutos federais racionalizará a distribuição e a aplicação desses recursos hoje pulverizados em inúmeros programas distribuídos em inúmeros ministérios, estados e municípios. Ao lado desse sistema, ainda há o chamado Sistema S (Senac, Senai, Sesc, Sesi e Sebrae), financiado por contribuição legal das empresas e que tem como objetivo a capacitação profissional de jovens e o aperfeiçoamento de trabalhadores. Havia pouco ou quase nenhum controle da aplicação desses recursos, apesar das tentativas inclusive do Governo anterior em estabelecê-lo em certo grau. Apenas recentemente se efetivou um acordo entre o MEC e o Sistema S, onde ficou estabelecido que, dos R\$ 8 bilhões que financiam o Sistema, 60% vão para os serviços sociais e 40% para a

Quadro 1

Organização curricular do ensino médio, se estruturada no trabalho, na cultura e na ciência (princípio unitário para todo o ensino médio)

MODELOS	DESCRIÇÃO
I-A	Ensino médio integrado, não profissional, com ênfase na arte-cultura (regular).
I-B	Ensino médio integrado, não profissional, com ênfase na iniciação científica (regular).
II-A	Ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio (regular).
II-B	Ensino médio normal.
III-A	Ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio (EJA).
III-B	Ensino médio não profissional (EJA).

FONTE: SIMÕES, Carlos Artexes. **Propostas do MEC para o ensino médio**: razões, princípios e ações. São Paulo: [s. n.], 2008. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/artexes.ppt>>. Acesso em: 15 jan. 2009. (Apresentação em: Powerpoint).

5 Considerações finais

A expansão das matrículas no ensino médio ocorreu no contexto dramático da crise dos anos 90, marcado por modesto crescimento econômico, crise do trabalho e perda da capacidade de intervenção do Estado com custo nas políticas sociais. Por outro lado, essa expansão desencadeou-se em um cenário de aceleradas mudanças tecnológicas e informacionais. A tentativa, naqueles anos, de se estabelecer uma agenda de desenvolvimento econômico e social pautada em princípios liberalizantes não só mostrou seus limites, como sua herança persiste.

O resultado no ensino médio é a combinação de expansão e precariedade, que projeta para o futuro próximo a absoluta necessidade de resgatar o estudante conluente do ensino médio de um limbo, pois suas habilitações são precárias para o ingresso imediato no mundo do trabalho e para um possível acesso à universidade. Entrementes aqueles que estão fora ou que se evadiram do sistema vivem na absoluta precariedade, senão vítimas da violência e do tráfico de drogas.

As políticas federais de ensino médio articuladas no Programa de Desenvolvimento da Educação têm o propósito de romper com a lógica fragmentadora inerente

aprendizagem, mudando paulatinamente os critérios ligados à gratuidade, à carga horária e à definição do público atendido (prioritariamente trabalhadores e estudantes de baixa renda) até se atingir, por exemplo, no Senac e no Senai, em 2014, a gratuidade em 66,6 % das vagas disponíveis (MEC..., 2008, p. 7).

à concepção liberal e forjam, em um momento de transição possível para um modelo econômico desenvolvimentista inclusivo, o elo necessário entre os diferentes níveis de ensino.

Os objetivos estratégicos do PED (Simões, 2008b) de criar a identidade do ensino médio dentro de uma concepção de escola integrada, de valorizar os profissionais da educação, de estabelecer um diálogo com os jovens e suas culturas, de trabalhar de forma articulada com os demais entes federados e de expandir a oferta do ensino médio federal possuem a potencialidade de resgatar à juventude a cidadania a ela tão negada nos últimos anos.

Referências

ABRAMO, Laís. **Trabalho decente para a juventude**. [S. l.]: OIT, 2008. Disponível em: <http://www.tem.gov.br/politicas_juventude/conferencia?>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 12, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n.13, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 15, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição 1988**: texto constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 18 abr. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D.F., 27 jul. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/>. Acesso em: 16 dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 25 abr. 2007b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 ADCT. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 13 set. 1996b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 53/2006, de 20 de dezembro de 2006. Dá nova redação aos artigos nº 7, 223, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 9 mar. 2006a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 23 dez. 1996a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001: Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.prolei.inep.gov.br/prolei/>>. Acesso em: 30 out. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.274, de 6.02.2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo[...]. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D.F., 7 fev. 2006b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta a Emenda Constitucional nº 53/2006, de 20 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D. F., 21 jun. 2007c. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24.12.1996 - Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério. **Diário Oficial da União, Poder Executivo**, Brasília, D.F., 26 dez. 1996c. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 4 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2001/2007**. Brasília: MEC, 2008a. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo 2008 indica tendências da educação**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 16 jan. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, 1999a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 nov. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de expansão da educação da rede federal de educação profissional e tecnológica: Fase II.** Brasília: MEC, 2008d. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação e expansão do ensino médio no Brasil:** GT Interministerial (Portaria nº 1.189, 05.12.2007 e Portaria nº 386, 25.03.2008). Brasília: MEC, 2008c. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para o Ensino Médio.** Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Definição, Composição, Caracterização e Vigência do Fundeb.** Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <<http://mec.gov.br>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: MEC/SEMTEC, 1999b. 4 v. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão. Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

ENSINO médio em foco. JUVENTUDE DE AÇÃO POLÍTICA – JAP, 26 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.jap.org.com>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo, Cortez, 1995.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. **Sistema de estatísticas educacionais:** Edudatabrasil. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA — INEP. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb). Brasília: INEP, 2008a. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

MEC faz ajuste no Sistema S. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 23 jul. 2008, p. 7.

MENEZES, Luis Carlos de. O novo público e a nova natureza do ensino médio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 201-208, maio/ago. 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**, São Paulo: Xamã, 2005.

PACHECO, Eliezer. Uma revolução na educação profissional. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 dez. 2008, p. 19.

PDE educação básica: informe publicitário. **Carta na Escola**, São Paulo, Confiança, mar. 2008.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS (PNAD): Brasil — 2006. Rio de Janeiro: IBGE, v. 27, 2007.

PINTO, Luiz Vicente de Vargas. **Constituição Federal anotada e comentada.** Porto Alegre, Grafisul Gráfica e Editora, 2001.

PRADO, Ricardo. É o Fundeb ou o caos. **Carta na Escola**, São Paulo, Confiança, p. 8-14, 2006a.

PRADO, Ricardo. Na média, estamos mal. **Carta na Escola**, São Paulo, Confiança, p. 12-15, out. 2008.

PRADO, Ricardo. Uma nova arquitetura educacional. **Carta na Escola**, São Paulo, Confiança, p. 8-10, nov. 2007.

PRADO, Ricardo. Universalizar a permanência. **Carta na Escola**, São Paulo, Confiança, p. 8-11, dez. 2006b.

REHDER, Maria. Faltam 246 mil docentes no nível médio. **Jornal da Ciência**, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 3 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Propostas do MEC para o ensino médio:** razões, princípios e ações. São Paulo: [s. n.], 2008b. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/>>. Acesso em: 15 jan. 2009 (Apresentação em: Powerpoint).

SIMÕES, Carlos Artexes. **Vínculos entre educação e trabalho.** Buenos Aires: UNICEF, 2008a. Disponível em: <<http://www.unicef.org/argentina/spanish/>>. Acesso em: 15 jan. 2009. (Apresentação em: Powerpoint).

TOLEDO, Renato Godoy de. Mais de 100 mil se manifestam por uma educação de qualidade. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 30 de ago./5 de set. 2007, p. 3.

WINCKLER, Carlos Roberto; SANTAGADA, Salvatore. O Fundeb: novos horizontes para a Educação Básica? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 39-46, 2004.